

RECURSO ESPECIAL Nº 1.690.096 - SP (2017/0193092-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : JEFFERSON PEDROSA DE SOUZA
ADVOGADO : MARCO ANDRÉ RAMOS TINOCO E OUTRO(S) - SP147049
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : GIZA HELENA COELHO E OUTRO(S) - SP166349
GUSTAVO OUVINHAS GAVIOLI - SP163607
INTERES. : ALAMO SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA
INTERES. : FRANCISCO PINHEIRO DE SOUZA
INTERES. : KLEBER PEDROSA DE SOUZA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JEFFERSON PEDROSA DE SOUZA, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal Regional federal da 3ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO. IMPOSSIBILIDADE.

I - Hipótese em que foi indeferida a liminar na ação de embargos de terceiro, posteriormente julgados improcedentes, o recebimento da apelação em face da sentença de improcedência no duplo efeito não tendo o alcance de suspender a execução do bem embargado.

II - Agravo de instrumento desprovido." (e-STJ, fl. 120)

Em suas razões recursais, o recorrente aponta violação do art. 1.052 do CPC/73, sustentando, em síntese, que o referido dispositivo não menciona que o feito principal somente poderá ser suspenso em caso de concessão de liminar nos embargos de terceiro, mas sim que se a penhora recair sobre um único bem, como no caso em tela, automaticamente será suspensa a ação principal.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 146)

É o relatório. Passo a decidir.

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento no qual se discute a possibilidade de suspensão de execução de título extrajudicial pela interposição de embargos de terceiro relativo ao único bem objeto de penhora.

O recorrente alega, em síntese, que, ao contrário do que entendeu a Corte de

origem, o art. 1.052 do CPC/73 não exige que o feito principal somente poderá ser suspenso em caso de concessão de liminar nos embargos de terceiro, mas sim que se a penhora recair sobre um único bem, como no caso em tela, automaticamente será suspensa a ação principal.

De fato, a Corte de origem concluiu que *"a oposição de embargos de terceiro não resulta em automática suspensão da execução do bem embargado, o que ocorre somente com o deferimento da liminar prevista no artigo 1.051 do CPC/73."* (e-STJ fl. 118)

Ocorre que, a despeito da discussão acerca da suspensão da execução em virtude da mera oposição de embargos de terceiro ou da necessidade de deferimento da liminar, o acórdão recorrido prosseguiu afirmando que, no caso concreto, os embargos de terceiro já foram julgados improcedentes, senão vejamos:

"Isto estabelecido, em consulta ao sistema de informações processuais da primeira instância, verifica-se que foi indeferida a liminar nos autos dos embargos de terceiro (0002968-26.2014.4.03.6100), de forma que a execução do bem embargado em nenhum momento foi suspensa, sendo os embargos de terceiro posteriormente julgados improcedentes.

Dessa forma, ainda que recebido o recurso de apelação dos embargos de terceiro no seu duplo efeito, a atribuição do efeito suspensivo -ao recurso não possui o alcance pretendido pelo agravante de suspender o feito executivo." (e-STJ fl. 118/119)

Como visto, tendo sido julgados improcedentes os embargos de terceiro, a Corte de origem concluiu que, ainda que recebido o recurso de apelação dos embargos de terceiro no seu duplo efeito, a atribuição do efeito suspensivo ao recurso não suspende o feito executivo.

Contudo, tal fundamento, autônomo e suficiente à manutenção do v. acórdão recorrido, não foi impugnado nas razões do recurso especial, convocando, na hipótese, a incidência da Súmula 283/STF, segundo a qual *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*. Neste sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DAS RAZÕES DO ACÓRDÃO ESTADUAL. INCIDÊNCIA DO

VERBETE Nº 283/STF.EXECUÇÃO. CÉDULA RURAL. ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE COBRANÇA. ANÁLISE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. Ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo, aplica-se, por analogia, o óbice da Súmula nº 283, do STF.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 687.997/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 13/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF. RESCISÃO UNILATERAL. BENEFICIÁRIO EM TRATAMENTO MÉDICO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão recorrido atrai o óbice da Súmula 283 do STF, segundo a qual: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

2. Não obstante o plano de saúde coletivo possa ser rescindido unilateralmente, mediante prévia notificação do usuário, esta Corte reconhece ser abusiva a rescisão do contrato durante o tratamento médico garantidor da sobrevivência e/ou incolumidade física, como no caso em apreço, no qual a segurada diagnosticada com câncer se encontra em tratamento oncológico.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1298878/SP, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator